

Linha Viva de 31/01. Chega de ameaças, a greve é legal!

Compartilhamos abaixo o boletim Linha Viva do Sintergia divulgado ontem dia 31/01/2022, sobre as ameaças da Direção da Empresa, a pressão do Relações Sindicais exigindo lista de grevistas e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em fazer greve. Aquele trabalhador ou trabalhadora que estiver sendo coagido ou sofrendo pressão denuncie Comando de Greve: aeel@aeel.org.br. **A greve segue firme e forte!**



**A GREVE NÃO É ABUSIVA, PORTANTO,
QUALQUER AMEAÇA DE DESCONTO NÃO PASSA DE MERA AMEAÇA**

As representações dos trabalhadores tomaram conhecimento que a direção da Eletrobrás em mais uma forma autoritária e de intimidação soltará comunicado informando que realizará descontos dos dias parados relativos à greve que iniciou no dia 17 de janeiro, base Rio, e, hoje se estende nas demais empresas do Sistema Eletrobrás.

Notícia Eletrobrás - Gestão de Pessoa n. 09, de 31/01/2022 - Eletrobrás se antecipando aos sindicatos, sai vendendo o peixe dela, comunicando que o TST rejeitou os Embargos dos Sindicatos. Ora! Isso também ocorreu em Furnas, qual a novidade Eletrobrás? Assessoria jurídica vai recorrer entrar com agravo da feferida decisão, por isso a greve continua, pois ela é legal.

Lista / escala convocando trabalhadores / pressionando o trabalhador ao trabalho - isso é assédio! Trabalhador não pode ser impedido de exercer seu direito de greve, isso é tipificado como **práticas antissindicalistas**, pois, cercear, desvirtuar ou impedir a legítima ação sindical em defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores.

Segundo informações, o Relações Sindicais, de forma insistente envia e-mails para as diretorias e Superintendentes, forçando a elaboração de lista com os nomes dos trabalhadores escalados e, assinalar os que estão em greve. Nota zero para você Sr. Relações Sindicais! Todos nós trabalhadores estamos contra a perda de qualquer benefício.

Ao invés de se abrir ao diálogo visando sair do atual impasse, marcando uma reunião, que inclusive já foi formalmente protocolada na Eletrobrás pelas entidades sindicais, a Eletrobrás prefere resolver tudo na base do assédio e da imposição de seu poder - imensurável, desproporcional - à hipossuficiência de nós empregados e que só não nos massacra mais ainda em razão dos limites estabelecidos pela aplicação da constituição e das leis por meio do Poder Judiciário.

Trata-se de conduta típica dessa diretoria que covardemente e de forma mesquinha vem gastando milhões com escritórios de advocacia para destruir os benefícios dos trabalhadores. Para eles o que menos importa é o interesse público e o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores e, inclusive para o momento mundial de pandemia.

Assim, esclarecemos que não é prática legal realizar desconto de trabalhadores em greve, até porque a justiça já declarou a legalidade do movimento grevista, ou seja, a greve não é abusiva e estamos cumprindo o que determina a lei, e fomos até mais além, colocamos 100% do efetivo dos trabalhadores nas áreas estratégicas operacionais do sistema visando não deixar a população sem seu serviço essencial que é a distribuição de energia.

Não vai haver descontinuidade da energia elétrica. Desde do início da greve estamos controlando a operação de perto, de forma que a população brasileira não seja prejudicada pela greve dos trabalhadores da Eletrobrás.

O movimento de luta dos trabalhadores da base Rio cresce a cada dia, e isso vem levando ao desespero a direção entreguista da Eletrobrás, que foge do diálogo com as representações sindicais.

Os/as empregados/as podem ficar tranquilos/as, enquanto houver legalidade da greve não haverá descontos, isso só poderia ocorrer caso a Justiça do Trabalho decretasse a ilegalidade do movimento. Portanto, o jurídico das entidades sindicais estará pronto para atuar em caso de descumprimento da lei por parte da direção da Eletrobrás.

A greve é justa e legal. Só com a luta será possível barrar o aumento absurdo e estratosférico na cobrança do plano de saúde. A pandemia avança com números crescentes a cada dia, os empregados e as empregadas da Eletrobrás merecem ter um serviço de saúde capaz de proteger a todos e todas.

As entidades sindicais reafirmam seu compromisso com a luta dos/as trabalhadores/as e contra postura arrogante da Eletrobrás de coagir a quem não se curva aos seus desmandos.

Os empregados não têm que comunicar nada aos seus gerentes para viabilização de descontos. A empresa já foi comunicada da greve pelo Comando de Greve. Os gerentes, também ameaçados, não precisam se preocupar, pois não podem comunicar se não possuem as informações de seus subordinados.

O problema da Eletrobrás nunca foi o diálogo, mas sim a ausência dele. Se a empresa deseja acabar com o movimento de greve que se abra ao diálogo. Diálogo onde apenas uma das partes cede e perde não é diálogo. É imposição.

Mesmo diante desse quadro, o caminho do diálogo continuará aberto, desde que sejam respeitadas as limitações que proíbem qualquer alteração no plano de saúde, até o julgamento do mérito, conforme a Eletrobrás obteve esse despacho a seu favor, quando então buscou o judiciário.

O trabalhador unido já mais será vencido.

Vamos todos juntos até a vitória. A greve continua!

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 1º de fevereiro de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

